



## **SESSÃO TEMÁTICA Nº 05 – INTERSECCIONALIDADES: CAMINHOS DE ANÁLISES E PRÁTICAS PARA O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **ANÁLISE DE COBERTURA DA IMPRENSA ESCRITA E DIGITAL DO AMAPÁ SOBRE AS POLÍTICAS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE**

**Antônio Carlos Sardinha / Universidade Federal do Amapá \_ UNIFAP**  
**Gabriele Pinto de Oliveira / Universidade Federal do Amapá \_ UNIFAP**  
**Camila Maria Risso Sales / Universidade Federal de Lavras \_ UFLA**

#### **Resumo:**

O Jornalismo é fundamental para a promoção do debate e criação de uma esfera pública robusta (SPENTHOF, 2015), integrada a uma arquitetura de deliberação pública complexa e heterogênea. Por isso, o presente artigo busca entender como é caracterizada a cobertura midiática no Jornal 'A Gazeta' e nos sites 'G1 Amapá e SelesNafes', para temas ligados às questões de direitos humanos e políticas envolvendo mulheres e população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Para tal, utilizou-se a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2007), com tratamento dos dados baseados nas categorias: natureza do conteúdo publicado por gênero jornalístico, temática predominante, principal característica dada a abordagem do conteúdo, atores/instituições presentes no conteúdo e características gerais do tema. Assim, houve coleta e análise das matérias publicadas nestes veículos no período de Junho de 2018 a Junho de 2020, para os sites noticiários, e Abril de 2018 a Abril de 2019 para A Gazeta, na tentativa de caracterizar a cobertura desses jornais na interface com as nominadas questões de gênero, sexualidade e políticas públicas.

Nesse sentido, notou-se uma presença maior de conteúdos de natureza informativa nos veículos de mídia analisados. Com relação à temática, houve predomínio do tema violência, em detrimento de agendas como serviços públicos para mulheres ou LGBTs, quanto ao uso de dados adicionais e fontes de informação, percebeu-se uma baixa utilização de fontes especializadas, com predomínio de referências ao poder público e cobertura factual, atrelada a fatos descontextualizados.

Portanto, conclui-se que pela forma como a cobertura midiática dos jornais supracitados abordam questões ligadas a gênero e sexualidade, não há uma



preocupação em subsidiar um debate público no agendamento de temas ligados aos direitos de mulheres e LGBTs, a partir de uma abordagem ampla, que priorize a pluralidade de fontes.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Esfera Pública. Gênero. Sexualidade.

## **INTRODUÇÃO**

Os meios de comunicação são importantes instrumentos para a divulgação de informações e construção de uma esfera pública. A mídia tem a capacidade de legitimar discursos e produzir sentidos pautando temas de interesse público, de forma a contribuir com um debate habilitado a subsidiar a deliberação nos espaços formais de decisão no interior do Estado.

Segundo Habermas (1993), a deliberação tem como cerne a busca pelo consenso através do discurso e argumentação. Todavia, para que haja espaço para esta, é preciso que exista esferas pública, em que indivíduos assumam a disposição para o debate livre, sem constrangimentos, na busca por entendimento, mobilizando a racionalidade para elaborar e criar argumentos capazes de produzir (ou ao menos tentar) decisões de interesse público.

Entre os princípios básicos da democracia, tem-se a igualdade e justiça, porém, em uma perspectiva multicultural, exigem reconhecimento da pluralidade e das diferenças (MIGUEL, 2005). Do ponto de vista dos meios de comunicação jornalísticos, o desafio ainda é tornar da produção da informação um processo capaz de garantir a pluralidade de ideias e o tratamento amplo e aprofundado dos temas de interesse público. O que presume, entre outras coisas, superar a tendência de legitimar e dar voz a determinados grupos sem prezar pela pluralidade.

Em um contexto de democracia deliberativa, a deliberação consiste em dar legitimidade a diferentes demandas em um cenário multicultural (MIGUEL, 2005). Assim, sob hipóteses iniciais de que os jornais locais, tanto impressos, quanto online, não abrem o devido espaço para a abordagem de temas e agendas envolvendo grupos marcados pelas relações sociais de gênero e sexualidade, como são as mulheres e a população LGBT+, procuramos identificar e caracterizar o padrão de cobertura desses meios de comunicação locais em torno dessa agenda temática.

Nessa perspectiva, o percurso foi selecionar conteúdos envolvendo temas como Mulher, gênero, sexualidade, LGBT+, feminismo, movimento LGBT e políticas públicas, com o intuito de verificar como essa agenda é publicizada e quais características que a cobertura da imprensa local imprime sobre essas questões.

Portanto, foram analisados dois anos (Junho de 2018 a Junho de 2020) de dois dos sites de notícias mais visitados no estado do Amapá, G1 Amapá e SelesNafes, e um ano (Abril de 2018 a Abril de 2019) do jornal impresso A Gazeta, um dos maiores do estado, em circulação. Quanto aos jornais online, foram coletadas 537 matérias, divididas em notícias, reportagens e artigos de opinião. Por sua vez, no jornal A Gazeta, foram coletadas 174 matérias, divididas nas mesmas categorias, porém com o acréscimo dos editoriais.

O método utilizado para a coleta obedeceu aos princípios preconizados pela análise de conteúdo (BARDIN, 2007), em que as matérias foram selecionadas a partir dos critérios de

exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência e depois categorizadas e tratadas utilizando formulários específicos para cada tipo de jornal, online e impresso.

## ***2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS***

Sabe-se que o jornalismo tem papel fundamental para a promoção do debate e criação de uma esfera pública, com potencial de contribuir com um sistema mais amplo de deliberação pública, instituído nos contextos das democracias contemporâneas. Entretanto, para que seja possível compreender se o jornalismo local promove um debate que situe, sob a perspectiva de uma esfera pública robusta, questões de gênero e sexualidade, faz-se necessário que os sistemas midiáticos estejam articulados a um contexto mais amplo de esferas deliberativas.

A democracia deliberativa, como proposta por Habermas (1993), conforma-se como uma terceira concepção de democracia para equilibrar os modelos hegemônicos até então: Republicano e Liberal. Ela se pauta na ideia de que é possível haver deliberação, isto é, a utilização de processos comunicativos e argumentativos para a geração do consenso. E, além disso, tem como principal função permitir que as decisões políticas sejam tomadas em um contexto plural de deliberação e afetem a todos. Porém, para que o sistema dê abertura para o debate, é preciso que exista uma esfera pública robusta e diversificada. Esta, ainda segundo Habermas, não é uma instituição, um local fixo, mas sim um espaço produzido, uma arena onde sujeitos políticos racionais convergem suas intersubjetividades e chegam ao consenso (HABERMAS, 1993).

Conforme afirma Rousiley Maia (2008), por ser difícil conectar as necessidades cotidianas ao plano estrutural, Habermas divide as esferas públicas em modalidades que podem variar de acordo com os sujeitos que estão falando e a complexidade das informações que estão sendo ditas. Desse modo, há três tipos de esferas públicas que se entrelaçam: as “episódicas”, que remetem às interações mais simples, do cotidiano; as “organizadas”, que são as mais “formais” e conseguem dar mais visibilidade às questões, exercendo uma pressão social e as “abstratas”, que são as “produzidas pelos meios de comunicação”, sendo assim, estas últimas compõem o foco da pesquisa (MAIA, 2008, p. 71-80).

A produção midiática, em especial o jornalismo online, tem considerável potencial. Ela é capaz não só de dar visibilidade às mais variadas questões, como a pauta das mulheres e população LGBTQ+, como também produzir conteúdo e estimular um debate que pode alcançar grandes público. Algumas vezes, consegue quebrar a barreira do tempo, idade e classe social, tendo um forte impacto político.

Atualmente, com a evolução da internet, o jornalismo se torna ainda mais acessível, pois as informações que são produzidas e publicadas em sites alcançam um grande número de pessoas, maior até que o alcançado pelos jornais impressos, promovendo debates em larga escala. Dessa forma, cabe a esse jornalismo buscar dar visibilidade a assuntos mais diversos e relevantes, mas que continuam, tradicionalmente, fora da esfera de visibilidade midiática. Idealmente, isso deve se dar usando sempre dados e diferentes fontes para enriquecer o debate e, de fato, gerar reflexão.

Em princípio, durante a pesquisa, tentou-se identificar como é caracterizada a cobertura do jornalismo local, para temas ligados à gênero e sexualidade. Salienta-se, que a conceito de gênero segue as propostas de autoras como Joan Scott (1989) e Judith Butler (2003) que elucidam o termo como uma construção social, artificialmente naturalizada, definida por relações de poder.

Assim, pensar em gênero como categoria explicativa, seria perceber como experiências sociais diferentes resultam em relações marcadas por dominação e subordinação (SCOTT, 1989).

Quanto à sexualidade, englobam-se as mais diferentes identificações e orientações sexuais. Sabe-se que este é um conceito estudado por muitos e em diversas áreas. Desde a psicologia, com FREUD (1905) e suas fases do desenvolvimento psicosexual, demonstrando que a sexualidade começa a se desenvolver quando o indivíduo ainda é criança, até às Ciências Sociais, com FOUCAULT (1984) afirmando que, assim como gênero, sexualidade também é um conceito construído socio-historicamente, ligado às experiências do indivíduo.

Assim, entende-se que a sexualidade vai muito além do sexo em si, prazer físico, mas está conectada à identidade de gênero e orientação sexual. Ela “representa uma energia que nos motiva a buscar o outro através do contato, da intimidade e do amor. [...] Como qualquer outro aspecto da vida, é marcada pelas relações sociais” (JESUS *et al*, 2008, p. 31). Dentro dessas relações sociais, que se situam em um tempo e uma cultura, são produzidos “padrões”, porém a sexualidade faz parte de uma diversidade sexual que foge desses (JESUS *et al*, 2008).

Ao citar diversidade, é importante entender que existe o sexo biológico, que está relacionado as cargas genéticas dos indivíduos; a identidade de gênero, que é uma construção social e está ligada a forma como o sujeito se identifica e se expressa no espectro binário hegemônico, masculino e feminino, mas não apenas e a orientação sexual que, por sua vez, está ligada a expressão do afeto e desejo. Nessa configuração, gênero e sexualidade marcam corpos que se constituem e se expressam de distintas formas: na perspectiva das identidades de gênero, as feminilidades e masculinidades múltiplas (homens e mulheres cisgênero, homens e mulheres transexuais, travestis, queers) e múltiplas orientações sexuais (homossexuais, heterossexuais e bissexuais).

Nesse sentido, a cobertura jornalística é fundamental para dar espaço para esses públicos historicamente excluídos de representação nos espaços formais de poder e na esfera pública, e mostrar como eles também são demandantes de direitos e políticas públicas.

Para a coleta de dados, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2007). Para apresentar de forma didática os resultados da pesquisa, faremos em um primeiro momento a discussão dos dados coletados dos jornais digitais e, em um segundo momento, os dados coletados no jornal A Gazeta.<sup>1</sup>

## 2.1 JORNAIS DIGITAIS

Foram analisados os dois principais sites de notícias do Estado (G1 Amapá e SelesNafes), no período de Junho de 2018 a Junho de 2020, totalizando 537 matérias.

O tratamento do material coletado foi feito através do preenchimento de um formulário criado especificamente para os jornais online, que buscava identificar:

a) A natureza do conteúdo publicado por gênero jornalístico, ou seja, se era informativo, o que incluía as reportagens (quando apresentava informações além do fato, como dados diagnósticos e fontes de informação); notícias (quando apresentava apenas o fato em si, sem informações adicionais e com, no máximo, uma fonte) ou entrevistas (caracteriza pelo tipo perguntas e repostas), ou se era do tipo opinativo, podendo ser artigo de opinião ou editorial.

b) A temática predominante no conteúdo, neste caso a intenção era saber se a matéria tratava predominantemente de casos de agressão, violência sexual, feminicídio, LGBTfobia, episódios de protagonismo feminino e/ou da comunidade LGBTQ+, problemas de acesso à serviços públicos, problemas de atendimento em serviços públicos, serviço e/ou política pública especificamente para mulheres ou população LGBTQ+, e outros. Sendo que, quando se tratava de problemas de acesso e/ou atendimento em serviços públicos e serviço e/ou políticas públicas, era preciso especificar, no formulário de análise elaborado, a qual problema e/ou política pública a matéria estava se referindo.

c) A característica predominante dada a abordagem do conteúdo, isto é, se referia-se a um fato isoladamente, ou se era um fato contextualizado com informações adicionais, como relatórios

---

<sup>1</sup> A inclusão do Jornal A Gazeta contempla uma tentativa de avaliar a cobertura dos veículos impressos de maior circulação no Amapá. Os dados coletados do Jornal A Gazeta compõem outro mapeamento, mais amplo, realizado também com o jornal Diário do Amapá, foco de outra pesquisa. O conjunto dos dados coletados compõem diagnóstico realizado no âmbito do Projeto Representações de Gênero, Direitos Humanos e Esfera Pública na Amazônia (REGISTRO nº PIL827-2019), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP).

e levantamentos diagnósticos, pesquisa científicas, informações sobre políticas públicas já existentes ou documentos históricos qualquer desses usado como estratégia de contextualização. Também sendo necessário especificar no formulário qual tipo de dado ou documento estava sendo utilizado.

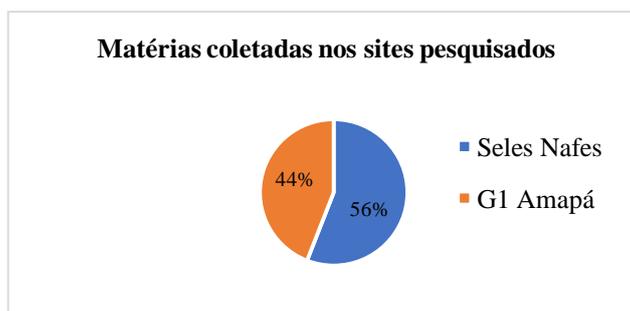
d) Os atores/instituições presentes, de forma predominante no conteúdo. O que se pretendia verificar era se o texto fazia ou não referência a fontes de informação ao apresentar os fatos e abordar o tema. Salientando-se se eram fontes oficiais (relacionadas aos poderes executivo, legislativo e judiciário), fontes especializadas (ligadas a pesquisadores e especialistas) ou fontes que de fato davam voz aos sujeitos presentes nos temas abordados, como pessoas envolvidas diretamente no fato, ativistas e movimentos sociais ligados ou não às agendas feministas e LGBTs.

e) Por fim, as características gerais do tema. Procurou-se verificar se estavam apresentadas causas/consequências na tentativa de explicar o tema abordado; se havia identificação de responsáveis e/ou protagonistas ligados diretamente ao fato abordado e/ou se incluía alternativas/soluções para resolver o fato/problema abordado. Além do mais, identificou-se os fundamentos ou referências da matéria para explicitar cada um dos tópicos.

É importante frisar que não foram selecionadas notas com menos de 15 linhas. Estas foram descartadas por não apresentarem conteúdo suficiente para o tratamento e, por consequência, para análise nos critérios definidos anteriormente.

Durante a análise, notou-se que foram coletadas mais matérias do site SelesNafes (300) do que do G1 Amapá (237). Ressalta-se, no entanto, que durante a coleta, percebeu-se que o site SelesNafes apresentou mais notícias, enquanto que o G1 Amapá, mais reportagens. Isso significa que, por vezes, o G1 Amapá apresentou nível de contextualização mais amplo, comparado ao site SelesNafes, prioritariamente focado em apresentar relatos jornalísticos mais factuais. Estes dados estão apresentados no Gráfico 1, abaixo:

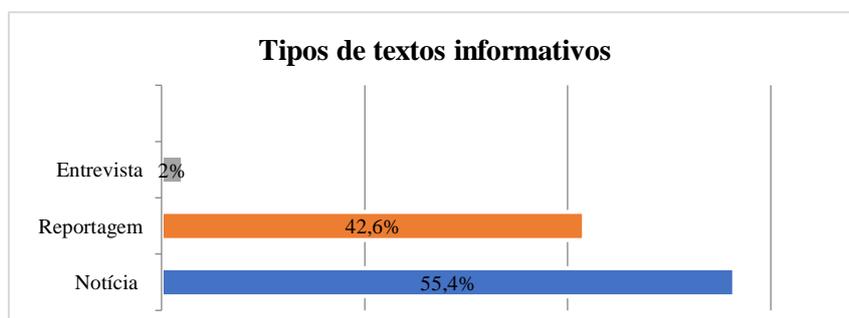
Gráfico 1: Matérias coletadas, por site, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria

Além disso, identificou-se uma predominância de conteúdos de natureza informativa em ambos os jornais, sendo maior a porcentagem de notícias em detrimento das reportagens ou entrevistas, fato que demonstra uma certa negligência ao apresentar uma cobertura jornalística que se aprofunda em pautas como as feministas ou dos movimentos LGBTQ+. Já com relação ao conteúdo opinativo, houve um domínio total (100%) dos artigos de opinião. O Gráfico 2 trata dos diferentes formatos encontrados para o conteúdo opinativo nos sites pesquisados.

Gráfico 2: Tipos de textos informativos encontrados nos sites pesquisados, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

### 2.1.1 \_ Temática abordada

Quanto à principal temática abordada pelo conteúdo, percebeu-se um predomínio de “episódios de protagonismo feminino”, com 133 matérias (24,8%), seguido por casos de “Agressão”, com 100 matérias (18,6%) e Femicídio, 98 matérias (18,2%).

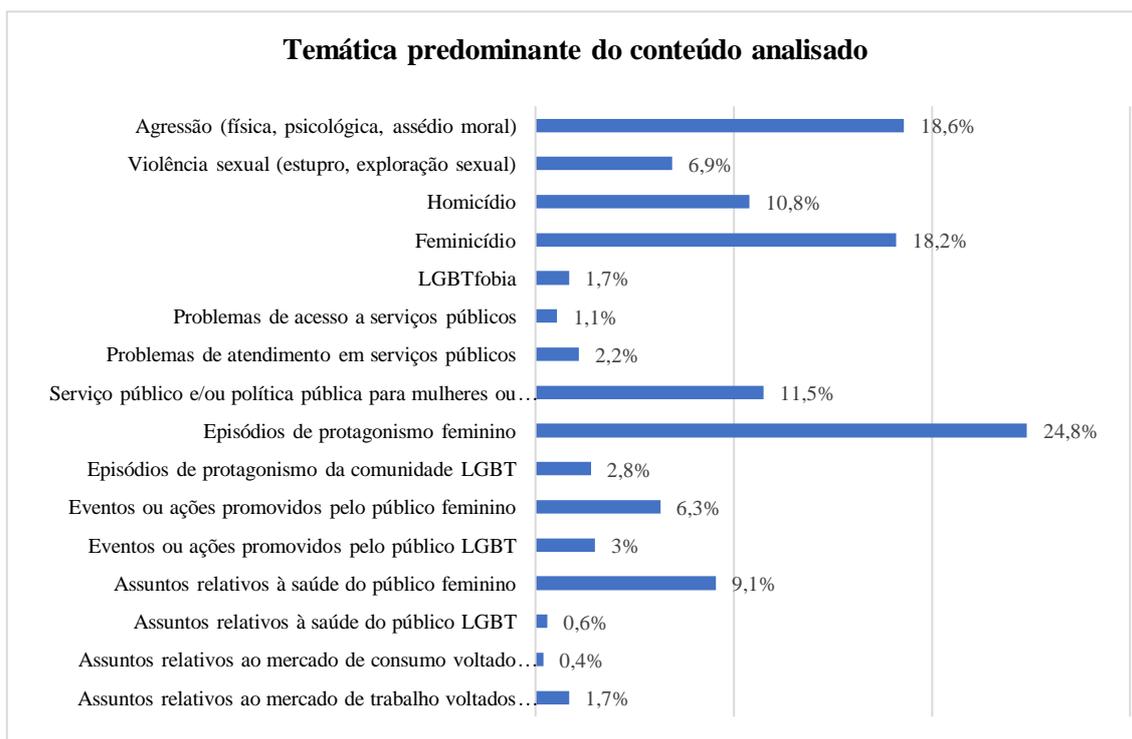
Entre as temáticas menos abordadas, estão os “Assuntos relativos ao mercado de consumo voltado especificamente para o público feminino”, com 2 matérias (0,4%); “Assuntos relativos à saúde da população LGBTQ”, 3 matérias (0,6%) e “Problemas de acesso a serviços públicos”, 6 matérias (1,1%).

Sublinha-se que os tópicos acima estão presentes no grupo principal de temáticas, porém havia também a opção “outros”, que era utilizada para tratar de casos mais isolados, isto é, de matérias que possuíam uma temática menos abordada no conjunto do material coletado, como exemplo, questões que tinham mulheres ou população LGBTQ+ envolvidas, mas que tratavam de “Saúde pública em geral” (1,4%), principalmente relacionando-se a casos de Covid-19. Todavia, notou-se a presença de uma temática não pré-programada, enquadrando-se na opção “outros”, mas que apareceu com uma certa frequência. Esta, foi “Episódios de mulheres envolvidas em

crimes”, 87 matérias (16,4%), muito comum em casos de mulheres que tinham relação com o tráfico de drogas ou que aplicavam golpes.

Outro ponto que é importante frisar é o fato de que uma matéria podia ter mais de uma temática predominante na configuração estabelecida pelos critérios de análise. Nesse caso, consideramos para efeitos de mensuração dos temas mais abordados, aqueles que ocupavam espaço significativo na abordagem dada pelo conteúdo selecionado. Por exemplo, casos de violência doméstica culminando em feminicídio, tinham como tema “agressão” e “feminicídio”, assim como casos de serviço público para mulheres ou promovidos por mulheres, poderiam se enquadrar tanto em “episódios de protagonismo feminino” e “serviço e/ou política pública para mulheres”. Sendo assim, a definição foi feita caso a caso depois de mais uma leitura do material. Gráfico 3, abaixo mostra a temática predominante dos textos analisados a partir dos critérios pré-estabelecidos:

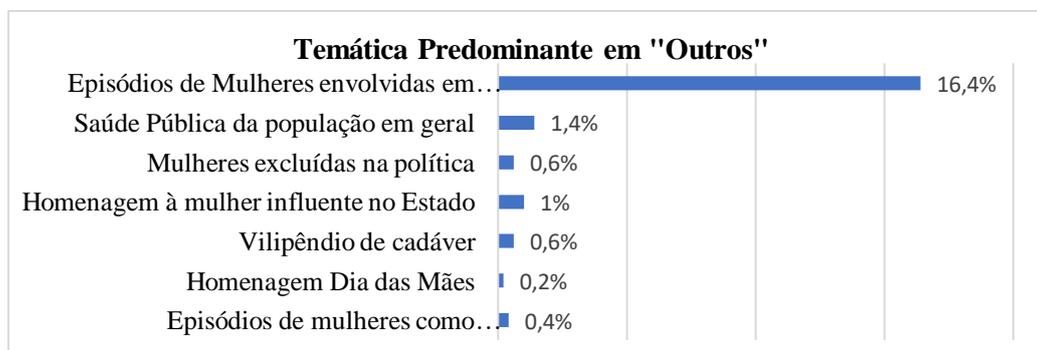
Gráfico 3: Temática predominante dos textos analisados, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 4 apresenta o detalhamento da categoria subsidiária “Outros” que apresentou conteúdo significativo não considerado nas categorias pré-estabelecidas.

Gráfico 4: Detalhamento do conteúdo da categoria “Outros”, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

Para o tema predominante, ao contrário do que foi estimado nas hipóteses iniciais, houve uma primazia de episódios de protagonismo feminino. Estes, referem-se não só às matérias que davam publicidade a alguma ação protagonizada por mulheres, vinculadas a promoção de cidadania, direitos humanos ou políticas públicas, como também àquelas de mulheres que se envolveram em grandes crimes políticos, como corrupção e desvio de dinheiro. Explica-se: matérias de mulheres que cometeram crimes políticos também entraram em “episódios de protagonismo feminino” e não só em “episódios de mulheres envolvidas em crimes”, pois elas, de certo modo, demonstram a presença da mulher na política, bem como o seu protagonismo, mesmo que este seja negativo.

Destaca-se, que os conteúdos com a temática do protagonismo feminino na promoção de ações de cidadania, direitos humanos e políticas públicas, normalmente, falavam sobre ações ou eventos promovidos pelo público feminino, como marchas contra o feminicídio e ações de prevenção ao câncer de mama. Em outros casos, abordavam também mulheres responsáveis por programas ou políticas públicas em prol do público feminino, como o programa “Mulheres Transformadoras”, criado por uma liderança feminina para dar voz às cidadãs. No mais, foram encontradas as matérias que se referiam a casos isolados de mulheres que se destacaram em algum âmbito, seja ao receber algum tipo de prêmio e/ou homenagem, seja por ter feito uma ação que ganhou notoriedade no estado, entre outros. A cobertura para esses casos era predominante pautada na ação ou na personagem feminina envolvida na questão, sob uma perspectiva factual, sem problematização em torno das questões, fatos ou cenários que permearam a ação protagonizada.

No caso da agressão, a maioria dos conteúdos era de mulheres vítimas de violência doméstica, que sofriam agressão de seus parceiros ou ex-parceiros. Em menor quantidade, apareceram casos daquelas que agrediram outros, por vezes relacionados às situações onde

mulheres se enquadram em crimes. Destaca-se aqui, que a agressão citada se refere não somente à física, como também à psicológica e moral.

Sobre o terceiro tema mais abordado (feminicídio), estavam as notícias e reportagens que tratavam de casos de mulheres que foram mortas por serem mulheres, com informação dos parceiros ou ex-parceiros das vítimas como autores dos episódios violentos.

Entre os temas menos abordados, que foram referenciados em apenas 11 das 537 matérias analisadas, tem-se os “assuntos relativos ao mercado de consumo voltado para o público feminino”, 2 matérias (0,4%), que incluía conteúdos relacionados à moda, beleza e estética; os “assuntos relativos à saúde da população LGBT”, 3 matérias (0,6%), que seriam aqueles que apresentassem políticas públicas ou dados sobre saúde especificamente da comunidade LGBT+ e “Problemas de acesso a serviços públicos”, 6 matérias (1,1%), estas apresentam casos de dificuldades encontradas por mulheres ou comunidade LGBT+ para acessar serviços públicos, como hospitais.

Enfatiza-se que, embora tenha sido possível perceber um predomínio de episódios de protagonismo feminino, se juntarmos os dados sobre as matérias relacionadas a Agressão (100 matérias), Violência Sexual (37), Feminicídio (98), Homicídio (58) e LGBTfobia (9), isto é, assuntos relacionados à violência, há uma forte disparidade destas sobre aquela, já que no total foram 133 matérias envolvendo protagonismo feminino, enquanto que a soma daquelas que entram na categoria ampla de “violência” equivalem a 302 conteúdos. Isso demonstra, uma alta quantidade de conteúdos ligados a tipos de violência que afetam diretamente o público feminino e LGBT+.

Aponta-se ainda que, sobre os conteúdos relacionados à violência, há uma ênfase para os casos de agressão e feminicídio, ou seja, casos que se enquadram no ciclo da violência doméstica, culminando com a morte da mulher. Foram poucos os casos de LGBTfobia, um total de 9 matérias (1,7% do total coletado). Na verdade, foram pouquíssimas as matérias que envolviam questões relativas à população LGBT+, evidenciando que, por mais que as questões de gênero sejam pouco exploradas de modo geral, aquelas que retratam a comunidade LGBT+ são ainda mais prejudicadas e possuem maior invisibilidade no conjunto dos temas relacionadas a gênero e à sexualidade.

Dessa forma, com base nos dados, nota-se que, a agenda relacionada às mulheres e LGBTs que é mais pautada pelos veículos jornalísticos analisados nessa etapa da pesquisa atrela-se diretamente aos casos de violência, demonstrando a necessidade de atenção para essa temática e criação de políticas reparativas. Para além disso, o problema não é que a agenda de cobertura dos veículos analisados se concentre na violência, mas sim a qualidade da cobertura sobre o tema. A abordagem quase sempre é muito factual, e as fontes são, na maioria dos casos, apenas da

polícia. Ainda, não há contextualização e acréscimo de dados mais voltados a um diagnóstico do problema, prejudicando a criação do debate, como será abordado nos próximos tópicos de análise.

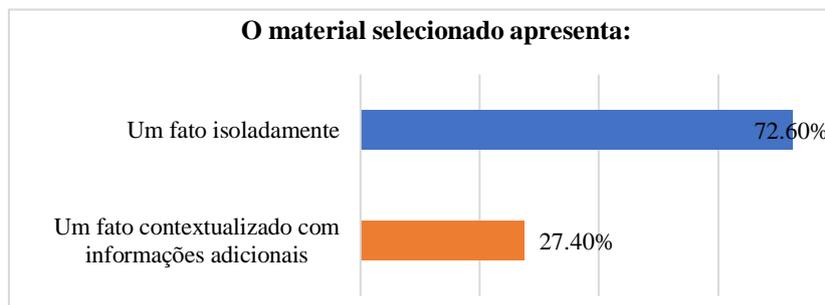
Outras temáticas como as que tratavam de eventos produzidos pelo público feminino ou LGBT+ e serviço público e/ou políticas públicas para esses grupos, também apareceram com certa frequência. De um total de 537 matérias, esses temas foram predominantes em 112 delas, perfazendo 20,8%.

No caso dos “Eventos ou ações promovidos pelo público feminino”, foram encontradas 34 matérias (6,3%); para “Eventos ou ações promovidos pela comunidade LGBT+”, foram 16 conteúdos (3%) e “Serviço público e/ou política pública para o público feminino ou LGBT+”, 62 matérias (11,5%). Destaca-se, no entanto, que esses conteúdos eram mais recorrentes em períodos em que haviam datas que chamassem a atenção para esses públicos, como o Dia Internacional das Mulheres, o aniversário da Lei Maria da Penha e Parada do Orgulho LGBT. Porém, nos demais períodos do ano, voltava-se a frequência maior de notícias e reportagens envolvendo violência.

### 2.1.2 \_ Abordagem dos conteúdos e uso de informações adicionais

Para a análise do uso das informações adicionais, procurou-se saber, primeiramente, se o conteúdo dava apenas a descrição do fato ou se complementava e contextualizava este. Como dito anteriormente, quanto a abordagem dada ao conteúdo selecionado, houve predomínio da descrição do fato isoladamente, indicando uma falta de profundidade e detalhamento para enriquecer o debate e torná-lo capaz de promover a deliberação.

Gráfico 5: Característica predominante da abordagem, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

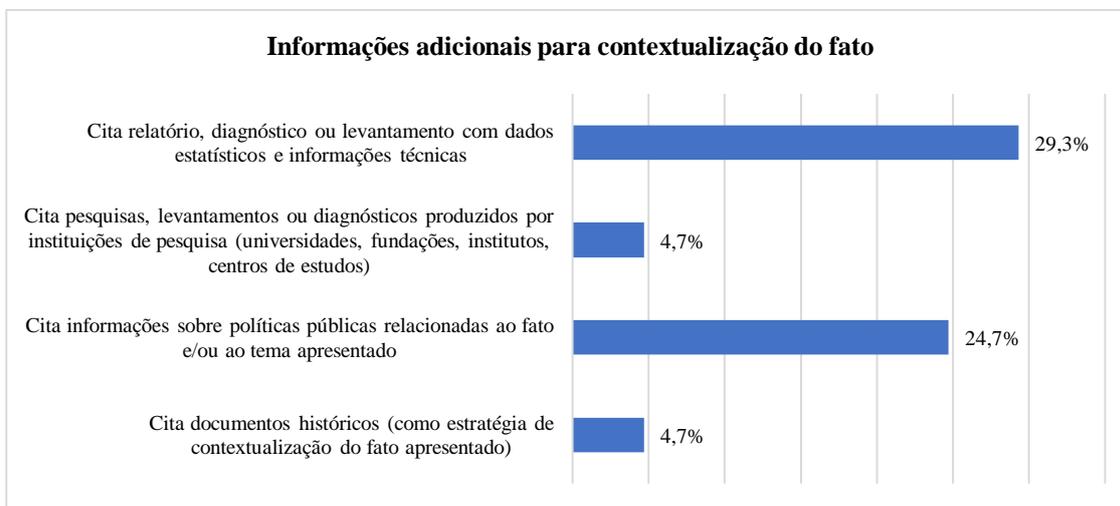
De modo geral, notou-se uma falta de informações adicionais nas matérias, já que de um total de 537, apenas 164 apresentavam dados e destas, 69 entraram no tópico “outros”, sendo

pouco relevantes na seleção realizadas. Desta forma, apenas 95 matérias referiam-se aos principais temas tratados a partir de um conjunto mais robusto de informações.

Nos casos das matérias com adição de informações, houve um predomínio do uso de relatórios, dados diagnósticos e estatísticas, alcançando 44 matérias (29,3%) e em segundo lugar, notou-se o uso de informações sobre políticas públicas já existentes, com 37 textos (24,7%). Aqui cabe ressaltar, que as matérias que abordavam políticas públicas, apareciam, na maioria das situações, em conteúdos que falavam sobre violência doméstica e/ou feminicídio, isso porque, quando se tratava desses temas em específico, muitas continham informações sobre a Lei Maria da Penha e como a mulher poderia procurar ajuda. No caso da população LGBT+, apareciam em conteúdos que tratavam sobre eventos promovidos pelo próprio movimento LGBT, mostrando programas e políticas já existentes que beneficiam esse grupo.

As pesquisas científicas, produções e levantamentos de instituições em geral e documentos históricos ficaram apenas em terceiro lugar como estratégia de contextualização, com 7 matérias (4,7%), conforme o Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6: Tipo de contextualização apresentada pelas matérias analisadas, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

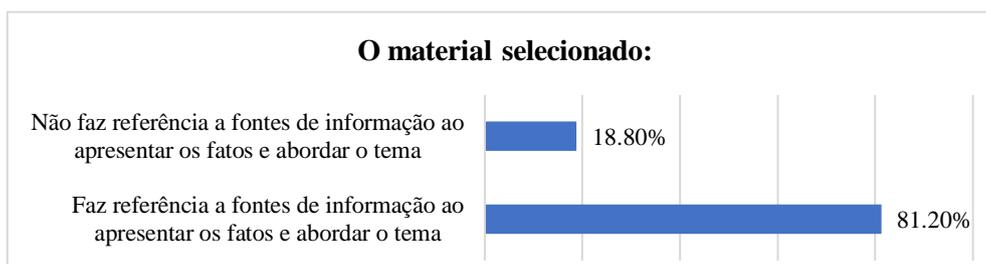
Considerando a necessidade e importância de se acrescentar dados para contextualização dos fatos, a não inclusão desses recursos gera impacto negativo na cobertura jornalística, uma vez que, tanto as pesquisas científicas e documentos históricos, que foram os menos referenciados (aparecendo em apenas 9,4% das matérias), quanto às estatísticas e menções a políticas públicas já existentes (que juntas representam 54% das informações adicionais), dão um maior peso e veracidade às informações que estão sendo ditas, podendo contribuir para a reflexão do leitor.

Nesse sentido, percebe-se que há uma limitação do conhecimento do leitor sobre o assunto, não dando a ele informações suficientes para ver o cenário total em que os públicos em foco se encontram e, com isso, não problematizando a necessidade de mais políticas públicas a favor desses grupos.

### 2.1.3 \_ Abordagem dos conteúdos e uso de fontes de informação

No que diz respeito às fontes de informação, pôde-se perceber que houve uma dominância de matérias que fizeram referência a fontes (Gráfico 7). Entretanto, tentou-se identificar também que tipo de fonte era mais utilizada, a fim de compreender como é a abordagem dessas matérias para o enquadramento da agenda feminina e LGBT+, quais são as vozes ouvidas e qual perspectiva essas vozes dão sobre o tema abordado.

Gráfico 7: Referência à fonte, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria

No caso das fontes mais abordadas, houve um destaque para “Mulheres envolvidas diretamente no fato ou tema abordado”, já que foram 158 matérias (36,5%). Entretanto, cabe informar que essas mulheres, comumente, falavam como vítimas, seja vítimas de algum tipo de violência, seja por falta de acesso e/ou atendimento em algum serviço público. Em outros casos, elas falavam como beneficiárias de alguma política pública, por exemplo, citando as vantagens do aplicativo SOS Mulher (que é um mecanismo de denúncia contra violência doméstica), ou a importância do programa “Mulheres Transformadoras” (que busca ouvir as necessidades das mulheres e incentivar o empreendedorismo entre elas).

Fazendo um paralelo entre o alto número de mulheres como fontes de informação e a temática predominante nas matérias, que foi de protagonismo feminino, pode-se supor que as falas delas estão relacionadas a eventos e políticas públicas. Porém, durante a coleta, verificou-se que as vozes dessas mulheres são mais frequentes em casos de reclamação da violação de algum direito, do que de exaltação e satisfação por alguma política pública. Além disso, em muitos

conteúdos, era dada apenas a opinião da mulher envolvida no fato abordado, isto é, um comentário mais simplista e individual, sem haver uma fala mais inteligível, que pudesse, de fato, explorar o agendamento das pautas femininas de forma mais ampla e detalhada, como fazem as ativistas pelos direitos femininos.

O segundo tipo de fonte mais referenciada foram as “Fontes oficiais governamentais”, que tiveram 133 ocorrências (30,7%). Dentre essas fontes estavam incluídos não só representantes governamentais, como o Governador e Prefeitos, como também outros grupos ligados ao poder executivo, como policiais e delegados. Assim, verificou-se um forte predomínio desse segundo grupo, principalmente devido ao alto número de textos envolvendo casos de violência.

Nesse contexto, percebeu-se que muitas notícias, em especial sobre violência e feminicídio, só tinham como fonte o policial ou delegado envolvido no caso, excluindo outras vozes que melhor poderiam contribuir de forma mais inteligível e completa sobre as questões de gênero, como as de ativistas e movimentos sociais ligados a essas pautas bem como especialistas (como pesquisadores e expertos na área).

Como exemplo, há uma reportagem no site SelesNafes, cujo título é: “Com marca na mão, vítimas de violência doméstica poderão pedir ajuda em Farmácias”. Esta reportagem, que é sobre uma campanha contra a violência doméstica e, ao invés de citar uma diversidade de fontes, capazes de problematizar o tema apresentado (o da violência doméstica), tem como única fonte a fala de uma instituição. Nesse caso, a matéria presume que a iniciativa é eficiente como estratégia de enfrentamento à problemática da violência de gênero, sem contextualizar ou problematizar as implicações de uma ação institucional. Representa, assim, apenas uma ação de comunicação institucional do órgão público protagonista da notícia em destaque.

O terceiro tipo de fonte mais abordada foi a de “Fontes oficiais do sistema de justiça”, que faziam referência a magistrados, Defensoria Pública, Ministério Público e outros. Estas fontes apareceram em 118 matérias (27,3%). Nesse momento, novamente, percebe-se um entrelaçamento com a violência, temática muito recorrente nos sites, já que estas, na maioria das vezes, também eram referenciadas em casos de feminicídio e violência doméstica. Todavia, em menor frequência, estas vozes eram ouvidas em conteúdos que tratavam de políticas públicas em favor das mulheres ou população LGBT+.

Entre as fontes menos abordadas estão: “Movimentos sociais, organizações não-governamentais e/ou ativistas em geral” (0%); “Mulheres Lésbicas, Bissexuais ou Transexuais (LBT)” (0,7%) e “Pessoas da comunidade LGBT envolvidas diretamente no fato ou tema abordado” (com 0,9%). Contudo, vale ressaltar que, embora as pessoas da comunidade LGBT+ tenham sido pouco referenciadas, representantes dos movimentos sociais e ativistas ligados aos

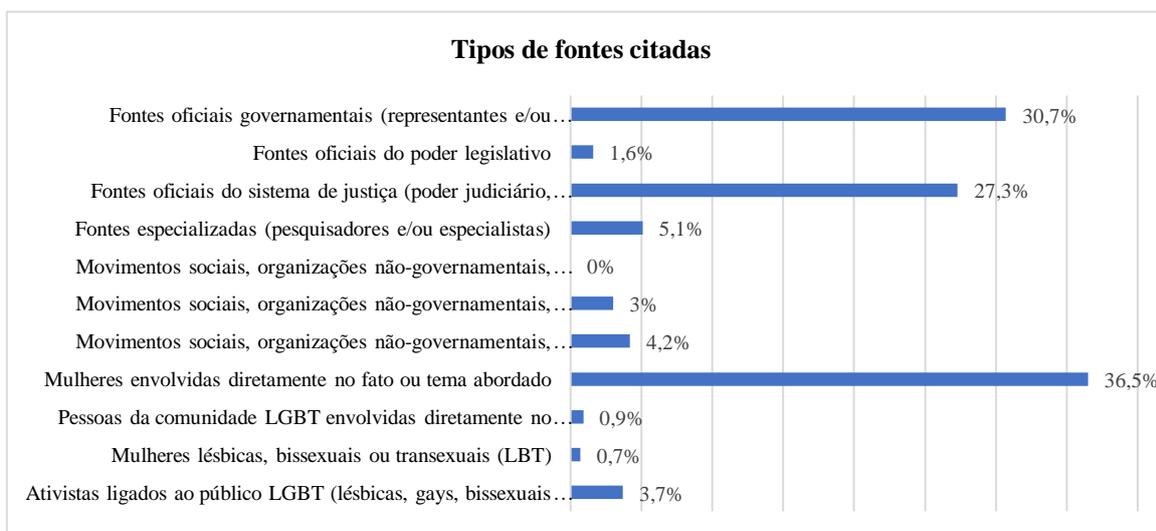
direitos da população LGBTQ+, foram ouvidos em quase todas as matérias que tratavam de algum assunto envolvendo esse grupo (foram ouvidos em 18 matérias, 4,2%).

Esse dado faz sentido, já que o assunto mais recorrente em matérias ligadas a esse grupo era de ações e/ou eventos promovidos pela própria comunidade LGBTQ+, desse modo, tais matérias, normalmente, tinham como fontes de informação representantes de movimentos sociais ligados a agenda dessa população. Este fato se mostrou positivo, pois era dado o ponto de vista daqueles que eram afetados diretamente pelo tema.

Entretanto, o mesmo não se repetia em matérias envolvendo assuntos para as mulheres, exceto em casos que falavam diretamente de dados sobre o feminicídio e violência doméstica, afinal, apenas 3% das matérias que tinham o público feminino como alvo, citavam representantes de movimentos sociais e/ou ativistas ligados diretamente aos direitos das mulheres.

Fontes especializadas, como de pesquisadores e especialistas também foram pouco exploradas, aparecendo em apenas 22 matérias (5,1%). Esse dado se torna um agravante, pois assim como foi mencionado sobre a falta de dados adicionais no tópico anterior, a falta de fontes de informação, como de especialistas, prejudica a abordagem jornalística, já que estas tendem a ser mais acreditadas pelo público em geral. Assim, quando a cobertura do jornal não oferece acesso a vozes mais tangíveis, com fatos técnicos e científicos sobre o tema/problema abordado, o leitor não obtém diferentes lados sobre uma mesma informação, com possíveis causas, consequências e soluções. Isto pode afetar as conclusões e busca por alternativas por parte do público leitor. O gráfico 8 sistematiza essas informações:

Gráfico 8: Fontes apresentadas nos textos, em porcentagem

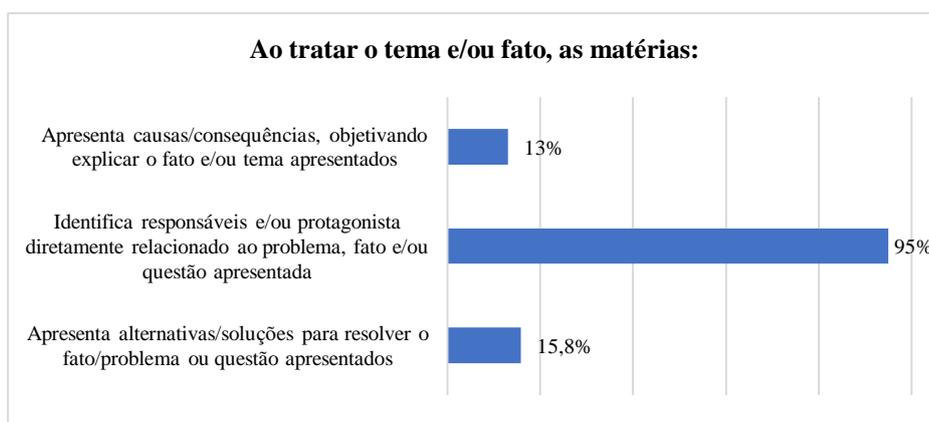


Fonte: elaboração própria

#### 2.1.4 \_ Abordagem das características gerais do tratamento do tema

Quanto à característica geral do tema, as matérias coletadas tendem a identificar mais “responsáveis e/ou protagonistas diretamente relacionados ao fato/problema apresentado” (95%), seguido de “Alternativas/soluções para resolver o fato/problema apresentado” (15,8%) e, por fim, “Causas/consequências, objetivando explicar o fato/tema abordado” (13%).

Gráfico 9: Características gerais da abordagem do tema nas matérias, em porcentagem

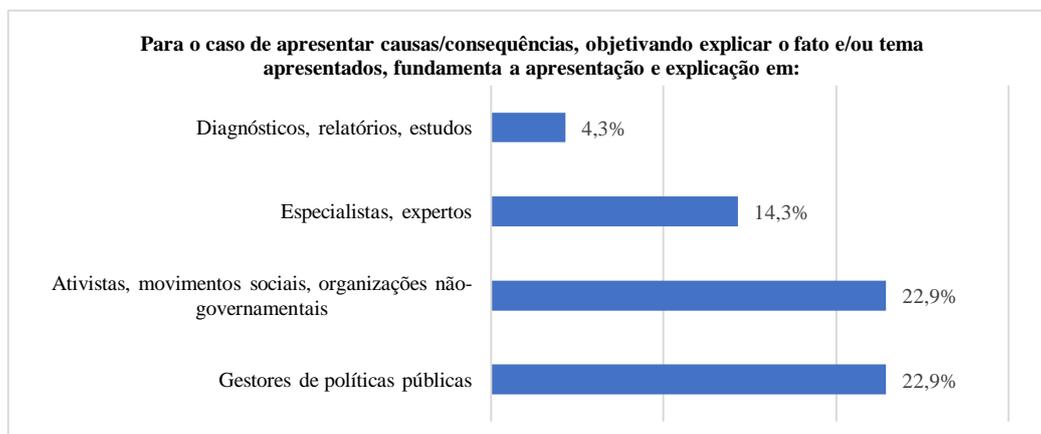


Fonte: elaboração própria

Com relação à apresentação de causas/consequências, o material fazia referência, para fundamentar o texto, predominantemente a “gestores de políticas públicas” e “ativistas ou representantes de movimentos sociais” (22,9% cada). Na sequência, apareciam os “especialistas e expertos” (14,3%) e “estudos e diagnósticos” (4,3%). Lembra-se ainda, que dentro do quesito “outros”, houve uma dominância de “representantes do sistema de justiça” (20%), que eram comuns em casos de violência, apresentando de forma superficial o motivo de determinado crime ter ocorrido. As “mulheres envolvidas diretamente no fato/problema apresentado” estiveram em 8,5% dos textos analisados e tentavam dar o ponto de vista das mulheres sobre as possíveis causas do fato relatado ter acontecido com elas.

Esses dados são preocupantes, visto que, em comparação ao conjunto total do material analisado (537), tem-se apenas 67 matérias apresentando causas/consequências. Isso equivale a aproximadamente (1,3%) do conjunto. Tal achado significa que o jornalismo local online tem uma tentativa muito reduzida de apresentar possíveis causas e/ou consequências para o fato abordado. Com isso, não oportuniza ao leitor a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada sobre o que levou aquele problema a acontecer, não problematizando suficientemente os interesses desses grupos marcados pelas relações de gênero.

Gráfico 10: Fundamentações das causas e consequências dos fatos e temas apresentados, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

Gráfico 11: Fundamentações das causas e consequências dos fatos e temas apresentados, que entraram na categoria “Outros” em porcentagem



Fonte: elaboração própria

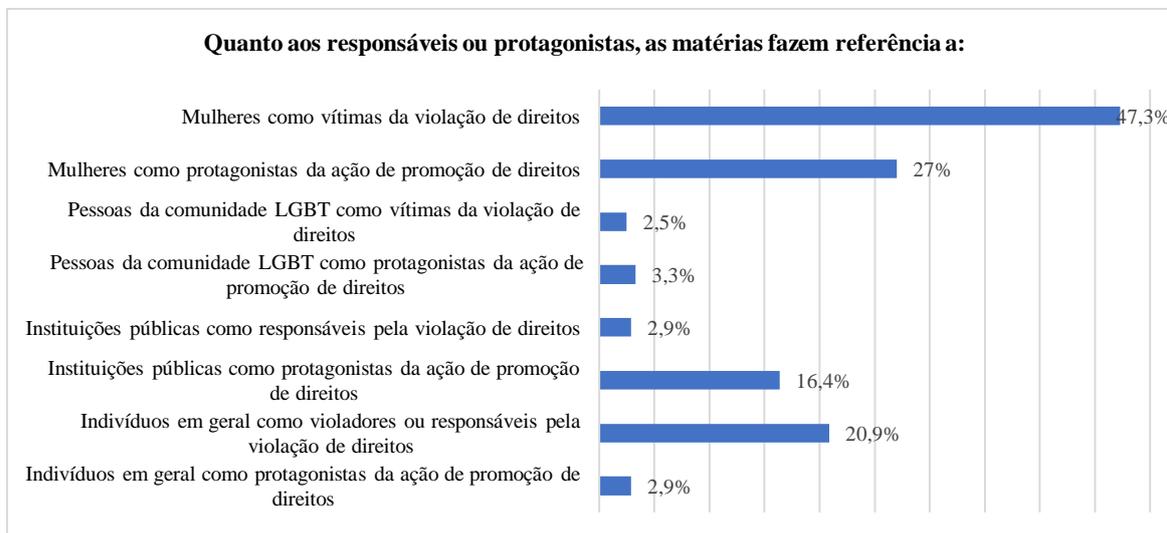
Para o caso das matérias que identificam os responsáveis e/ou protagonistas dos fatos ou questões envolvendo o público feminino de um modo geral e a comunidade LGBTQ+, houve um predomínio de “Mulheres com vítimas da violação de direitos” (47,3%), seguido de “Mulheres como protagonistas da promoção de direitos” (27%).

Salienta-se, que ao se referir a vítimas, muitas são de mulheres vítimas de feminicídio, agressão e violência sexual, em menor quantidade, são as das que tiveram problemas de acesso ou atendimento em serviços públicos. Como protagonistas da promoção de direitos, destacam-se os projetos e campanhas feitos pelo público feminino, para o público feminino, como o projeto

criado por uma deputada estadual para incentivar a participação feminina no empreendedorismo e as marchas que são feitas contra a violência doméstica.

Quanto a população LGBT+, houve um predomínio de notícias e reportagens identificando a comunidade como “protagonista da promoção de direitos” (3,3%), e em segundo lugar, como sendo “vítimas da violação direitos” (2,5%). Isso ocorreu pois, como já exposto, muitas matérias abrangendo esse público apareceram em períodos “de celebração”, como no mês do Orgulho LGBT, em que são feitas programações organizadas pelo próprio movimento para a valorização da diversidade. Veja:

Gráfico 12: Responsáveis ou protagonistas referenciados nas matérias, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

Conforme supracitado, a população LGBT+ se destaca por protagonismo na promoção de direitos, enquanto que a feminina fica em segundo lugar nesse ponto. Ressalta-se, que ao citar “protagonistas”, tanto o público feminino, quanto o LGBT são apresentados como sujeitos responsáveis por tentar promover a igualdade de gênero ao criar campanhas e programas que abordem questões mais diversas e incentivem a participação política, civil e o cuidado com a saúde. Contudo, vale lembrar que, quanto ao público feminino a característica mais abordada é das mulheres como vítimas da violação de direito (47,3%), fato que remete novamente ao quadro de violência muito comum, principalmente com essa população.

Outros tópicos que apareceram com uma certa frequência e não podem ser agrupados nas categorias já citadas foram “Indivíduos em geral como violadores de direitos” (20,9%), nesse caso, enquadram-se indivíduos responsáveis por violentar, agredir e/ou assassinar, tanto mulheres, quanto população LGBT+ e “Instituições públicas como responsáveis pela promoção

de direitos” (16,4%), a qual apareciam em matérias envolvendo serviços de saúde, principalmente.

No mais, com relação às matérias que apresentavam possíveis alternativas/soluções para resolução do problema abordado, os conteúdos corriqueiramente faziam referência a “representantes de instituições públicas do sistema de justiça” (62,1%), seguido de “representantes de instituições públicas governamentais” (24,1%), evidenciando novamente a referência constante à polícia encontrada em muitas matérias. Entre os menos abordados, apareceram os “especialistas, expertos e pesquisadores” (9,2%) e “Movimentos sociais, organizações da sociedade civil, ativista” (4,6%). Fato este, que demonstra uma falta de referência à pluralidade de ideias e perspectivas analíticas sobre as agendas feminina e LGBT+.

Aqui, novamente é preciso problematizar a cobertura, já que do total de matérias selecionadas, apenas 52 (aproximadamente 1%) faziam referência a dados e fontes que apresentassem alternativas de abordagem mais complexa para o tema. Assim, percebe-se como que o jornalismo praticado por esses veículos quase não contribui para a constituição de uma esfera pública que tematize com profundidade a questão de interesse dos públicos feminino e LGBT+, e que proponha ideias que possam ser debatidas e transformadas em soluções.

Gráfico 13: Alternativas e soluções para os fatos/problemas apresentadas nos textos, em porcentagem



Fonte: elaboração própria

No geral, pode-se concluir que, pela forma como a cobertura jornalística dos sites noticiários do estado do Amapá abordam as questões ligadas a gênero e sexualidade, não há uma preocupação em produzir um debate público, a partir de uma abordagem que priorize a pluralidade de fontes e ampliação do debate sobre o tema, recorrendo a dados e estudos que, além de serem citados, precisam ser contextualizados e discutidos.

Os debates, em sua maioria superficiais com pouca contextualização, sobretudo pela quase ausência de referência a diagnósticos e fontes especializadas, não dão abertura para a polifonia de fontes e pontos de vista que poderiam ser utilizadas para promover um debate amplo e crítico em uma esfera pública que, para além de tematizar questões ligadas aos grupos marcados pelos dispositivos de gênero e sexualidade, devem ofertar subsídios para qualificar o debate.

Observou-se que, na generalidade, não houve um cuidado em debater temas de interesse, especificamente das mulheres e/ou comunidade LGBT+, de forma e ampla e crítica, a ponto de construir na esfera midiática, debates que pudessem fazer com que a sociedade e o estado fossem mobilizados e estimulados a pautar e discutir questões de interesse desses segmentos.

## 2.2 ANÁLISE DO JORNAL A GAZETA

De acordo com Sardinha, Cunha e Favacho (2018), a Gazeta é um jornal diagramado em formato tabloide, conhecido pelo teor político agudo, considerado “o carro chefe” da publicação. Nas edições que circulam de terça-feira à sábado, estão três cadernos. No primeiro, constam artigos de Opinião, editoria de Política, de Economia, conteúdo Internacional, e Personalidades. O segundo é denominado Cotidiano e é composto por: Na telinha, Cidades, Educação e Saúde, Variedades e Tecnologia. No terceiro, há as editorias de Polícia e Esporte. Na edição de domingo e segunda-feira acrescentam-se outros quatro cadernos: Camarim, Turismo e Meio Ambiente, Mulher e Kids. A origem do jornal A Gazeta está ligada a outro jornal, o Amapá Estado. Este foi fundado em 28 de agosto de 1978, com periodicidade semanal e tiragem média de mil exemplares por dia.

Em linhas gerais, o que previamente apontamos como hipótese para caracterizar a cobertura do jornal sobre as questões de gênero, especificamente, as problemáticas, agendas e temas que configuramos como ligadas ao universo das mulheres, buscava saber: se apresentava uma abordagem factual, predominantemente baseada em fontes oficiais, com foco na cobertura de ações institucionais promovidas em favor desse segmento.

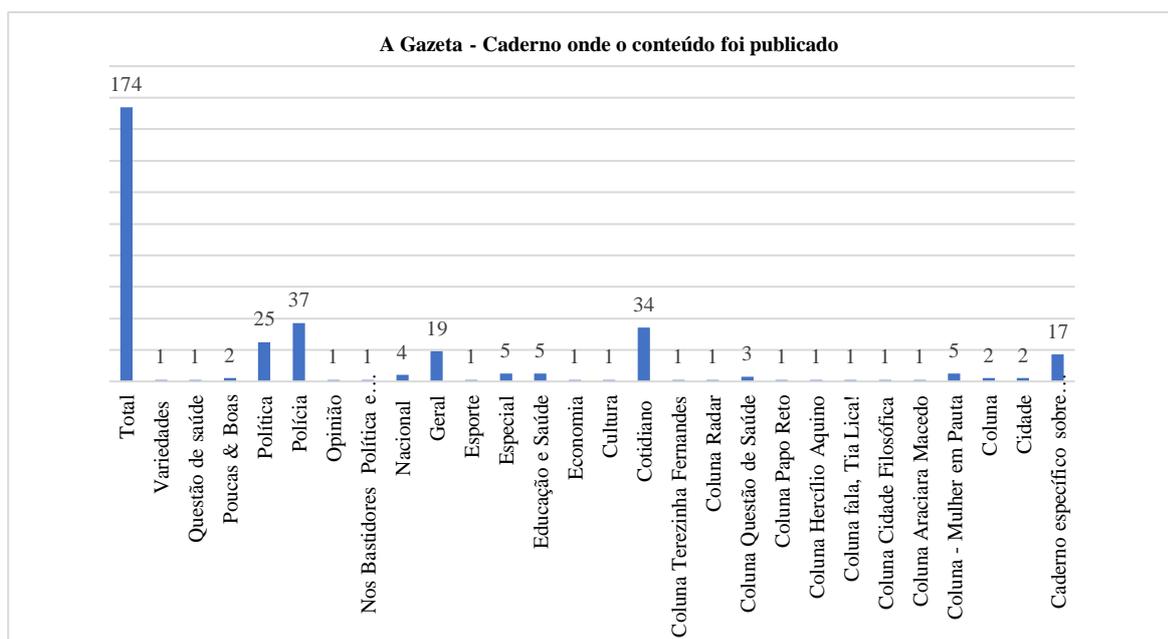
O período de coleta foi de Abril de 2018 a Abril de 2019 e também optamos pela metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2007). Para coleta de dados, tentamos identificar palavras-chave centrais (mulher, gênero, feminismo, políticas públicas para mulheres, movimentos sociais). A análise do material coletado foi feita a partir de tratamento de dados extraídos da análise das matérias. Esta foi realizada através de um formulário próprio, elaborado para captar o que configuramos como elementos centrais para inferir a caracterização da cobertura do veículo. Assim o formulário continha frequência temática, fontes de informação; natureza da

abordagem dos fatos e características em torno da construção do enquadramento dos fatos e questões ligadas ao público feminino.

Foi identificada predominância de material informativo (em detrimento de conteúdos de natureza opinativa). No caso do conteúdo informativo é maior o quantitativo de reportagens e, no conteúdo opinativo, predominam artigos de opinião. Isso demonstra, em alguma medida, uma abordagem jornalística que indica a tentativa de aprofundar aspectos envolvendo as pautas e temas ligados às mulheres e uma abertura para o debate por meio da opinião de representantes da sociedade interessados em tematizar essa agenda.

Vale destacar que o conteúdo relacionado ao público feminino no jornal ganha um caderno específico, Caderno da Mulher, com destaque para conteúdos e temas ligados ao universo temático do entretenimento, beleza e estética, ou seja, uma agenda predominantemente mercadológica.

Gráfico 14: Conteúdo coletado, por caderno



Fonte: elaboração própria

De um modo geral, destacamos que a cobertura do jornal, apesar da pequena predominância das reportagens em relação ao gênero notícias e da tentativa de reportar com mais profundidade temas e questões envolvendo o segmento feminino, não foge da tendência de cobertura da imprensa escrita local: uma cobertura institucional como característica central do agendamento de temas de interesse local.

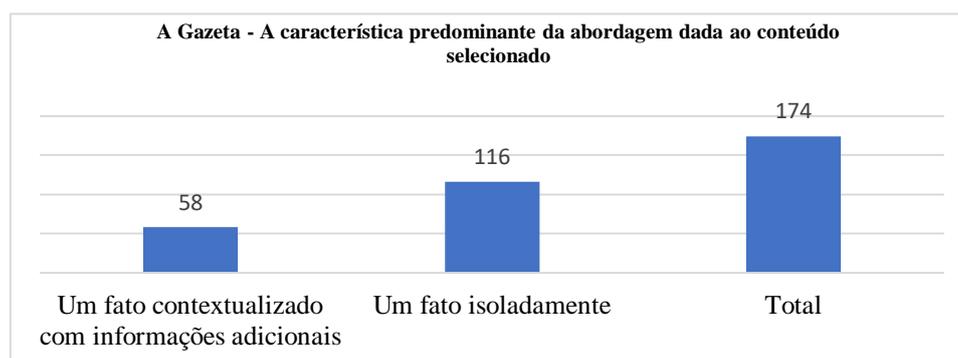
O viés de cobertura institucional presume agendamento e enquadramento das pautas de interesse jornalístico sob a ótica das fontes de informação das instituições públicas, através das estruturas de assessorias de comunicação com atuação focada na produção de conteúdos jornalísticos institucionais para publicação nos veículos locais de comunicação.

Assim, o agendamento envolvendo mulheres e/ou as questões de gênero acontece a partir da ação de comunicação das instituições públicas, que atuam direta ou indiretamente na oferta de serviços e/ou gestão de políticas públicas para esse segmento. Tais organizações atuam no agendamento do jornal com a publicação de conteúdos produzidos pelas assessorias de comunicação.

Nesse aspecto em especial, notamos que os conteúdos informativos classificados como Reportagem, apesar da natureza desse gênero informativo do jornalismo ser caracterizado por uma narrativa com nível de aprofundamento e contextualização de fatos de interesse público, não avançam nesse sentido ou na problematização na abordagem. Há pouca pluralidade de fontes e informações documentais (pesquisas, diagnósticos, dados) nos relatos jornalísticos analisados.

Os conteúdos informativos identificados no jornal que apresentam o fato jornalístico isoladamente, sem aprofundamento ou contextualização com informações documentais (pesquisas, diagnósticos, dados) ou com análise de especialistas e pesquisadores são predominantes amostra analisada.

Gráfico 15: Abordagem do conteúdo informativo, em números absolutos



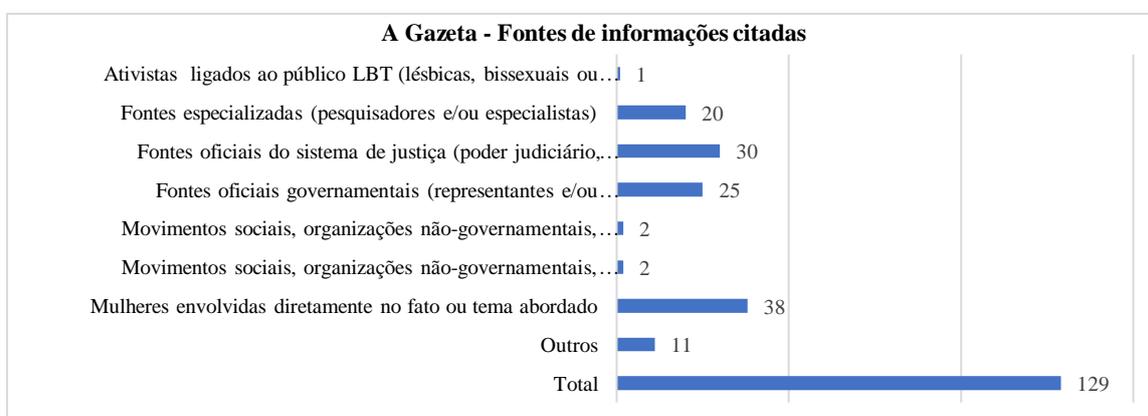
Fonte: elaboração própria

Cabe destacar que o uso de fontes de informação nos conteúdos jornalísticos (notícias e reportagens), com capacidade para problematizar e analisar, sob uma perspectiva mais ampla e crítica é restrito. Essa abordagem do discurso oficial (das instituições que atuam em políticas ou serviços públicos que atendem o público feminino) ou dos sujeitos envolvidos diretamente nos fatos (mulheres como fontes de informação), não são capazes de produzir debate, quando

consideradas as exigências da narrativa jornalística em criar sentido e compreensão para temas e questões do cotidiano que interessam ao público em geral.

O uso de fontes especializadas (pesquisadores e especialistas) e de fontes ligadas a movimentos e organizações com expertise em temas como direitos das mulheres (nesse caso, portadoras de uma narrativa inteligível com capacidade de elucidar e contextualizar aspectos gerais envolvendo demandas por direitos e questões de gênero) são, em números absolutos, nitidamente inferiores às fontes oficiais (ligadas ao executivo, ao legislativo e ao sistema de justiça) e às próprias mulheres envolvidas nos fatos.

Gráfico 16: Fontes citadas no texto, em números absolutos



Fonte: elaboração própria

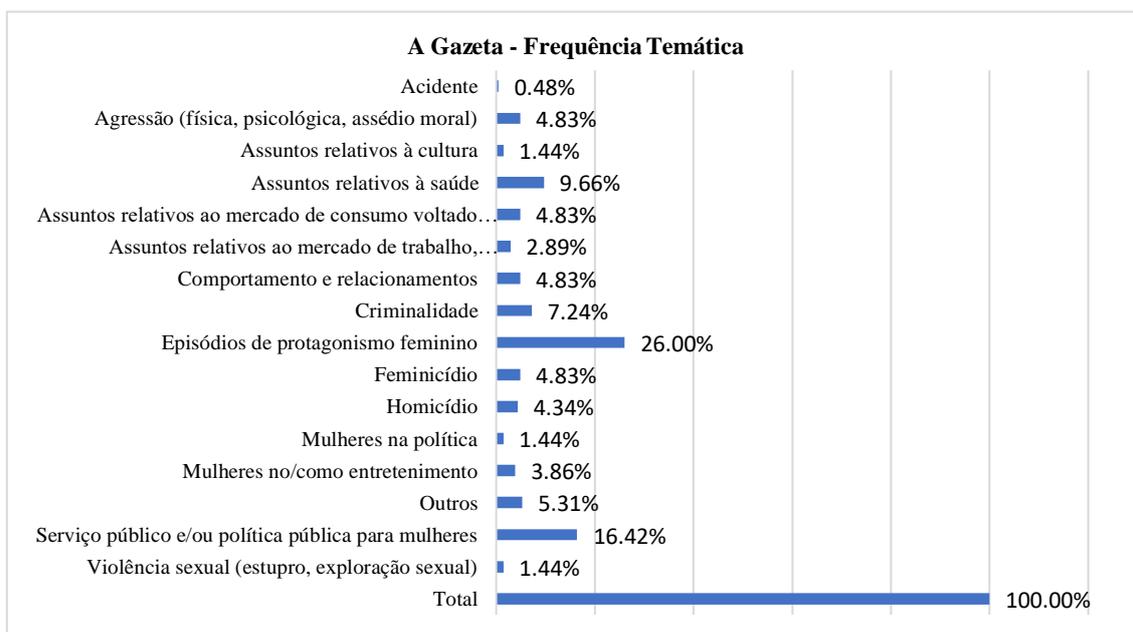
O que poderia chamar a atenção e ser tratado como aspecto positivo na cobertura do jornal, é a presença do público feminino nos conteúdos jornalísticos que procuram agendar temas e problemáticas que as envolvem. Entretanto, este é um aspecto que deve ser problematizado, considerando exatamente a tendência de cobertura institucional que apontamos anteriormente. Isso porque, apesar das mulheres terem participação como fontes ouvidas no conjunto das matérias analisadas, há que se ter em mente a natureza dos conteúdos e o nível de inserção desse segmento com espaço para “falar” no jornal. Dado o conjunto da polifonia de discursos que, organizados pela mediação do jornalista, constroem a narrativa inteligível que formata o que chamados de relato jornalístico organizado sob o gênero da notícia e da reportagem.

O quantitativo relativamente alto de matérias em que as mulheres são fonte de informação devem ser lidos, a partir do tipo de agendas e temas que envolvem essas sujeitas que falam no conteúdo informativo. Isso nos leva a acionar os dados relativos aos conteúdos predominantes.

De modo geral, o jornal A Gazeta tem como temas predominantes, quando relacionados ao universo das mulheres, conteúdos ligados ao noticiário policial (que abrange informações sobre

violência em geral cometida contra as mulheres) e ligados a serviços e políticas públicas voltadas a esse grupo (informações voltadas sobremaneira à prestação de serviços, com informes mais institucionais sobre campanhas, ações de projetos e programas de instituições públicas ligados principalmente a área de saúde e prevenção à violência contra mulher).

Gráfico 17: Temáticas mais frequentes no Jornal A Gazeta, em porcentagem



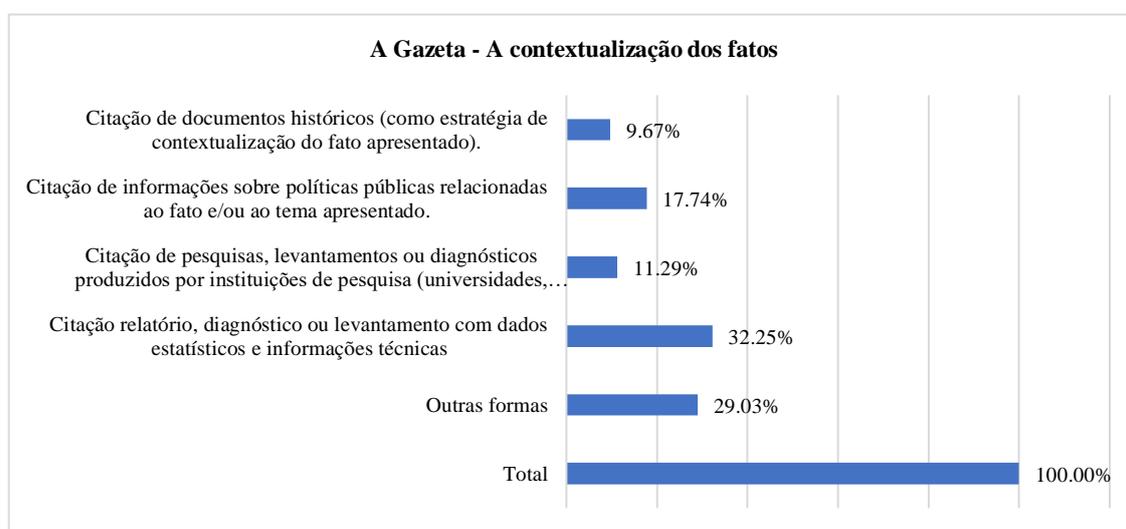
Fonte: Elaboração própria

Nesse caso, há diferenças entre a mulher que fala como vítima associada a matérias envolvendo violações de direitos e a mulher que fala como público-alvo de uma ação ou serviço público assumindo posição de relativo protagonismo no conjunto do conteúdo noticioso. Sob um mesmo ponto de vista, figuram como fontes acessórias para validar ou dar veracidade ao que é narrado como fato de interesse público. Essas fontes de informação, comumente, não recebem a mesma centralidade ou legitimidade quando o discurso feminino se insere no relato jornalístico, como o protagonismo de uma liderança política ou de uma representante de instituição pública, com função de destaque pela ação institucional e força para disputar e agendar a esfera pública jornalística nos moldes da ação de comunicação que apontamos anteriormente.

Essa constatação ganha sentido mais amplo, na tentativa de observar a natureza e características da cobertura do jornal para temas e questões que envolvem o público feminino. Quando procuramos avaliar a capacidade da cobertura no agendamento de questões de interesse público que afetem e envolvam as mulheres ou estejam relacionadas às demandas desse grupo.

Por mais que ocorra abertura para as mulheres como fontes de informação, além dos papéis e hierarquias para uso e legitimidade do discurso feminino que circula na narrativa do jornal, o que se tem é uma cobertura centrada em identificar e, portanto, dar visibilidade aos sujeitos envolvidos no tema tratado. Isso acontece em detrimento da apresentação de causas, consequências, alternativas e soluções relacionadas ao fato ou questão retratada nos conteúdos informativos.

Gráfico 18: Contextualização dos fatos no jornal A Gazeta, em porcentagem

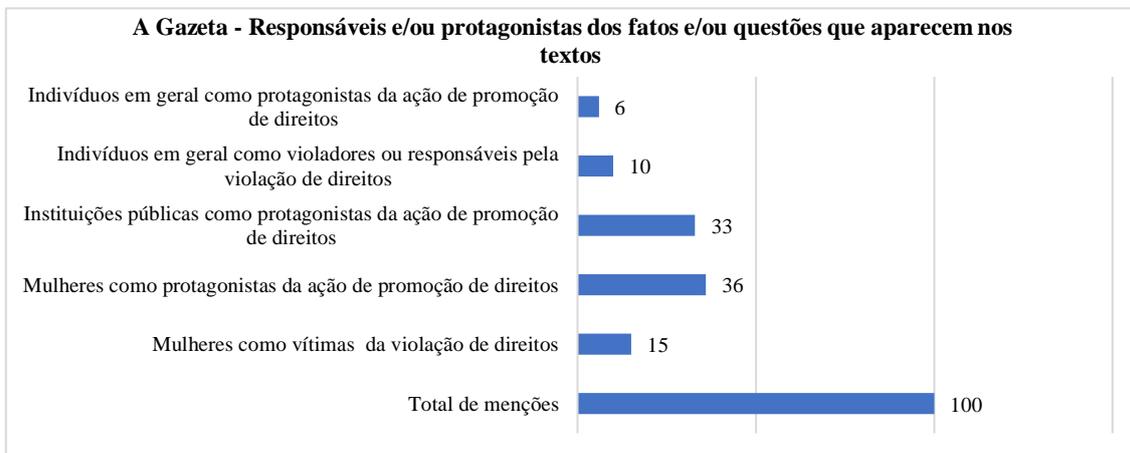


Fonte: elaboração própria

Em termos de qualidade de cobertura, essa perspectiva marca a prática de uma abordagem institucional que caracteriza a cobertura da imprensa escrita local, que além de pautar-se na agenda de interesse das instituições (majoritariamente públicas) para escolher o que dizer e como tratar os temas de interesse, também personaliza e individualiza, sob métricas distintas e hierarquizadas, a voz feminina no discurso informativo.

Além disso, há um número significativo de conteúdos jornalísticos que apontam as instituições públicas como protagonistas da ação de promoção de direitos voltados às mulheres. Isso se dá em uma proporção próxima aos conteúdos que apresentam as mulheres como protagonistas da ação de promoção de direitos. Estamos tratando de uma cobertura que garante espaço para as mulheres como fontes de informação e destacam o protagonismo desse público, desde que sob a tutela ou presença institucional.

Gráfico 19: Referências a responsáveis ou protagonistas no jornal A Gazeta, em números absolutos



Fonte: elaboração própria

Cabe destacar que os textos sobre protagonismo feminino (26%) envolvem reportagens ou notícias que apresentam, pela ótica da personificação/individualização, lideranças políticas com visibilidade pública no âmbito local. Isso acontece em conteúdos informativos sobre a ação política em contextos de disputa e/ou especulações por indicações próprias do jogo partidário e eleitoral. Ou ainda, reportagens ou notícias que visibilizam representantes femininas de instituições públicas em ações de promoção da imagem, quando se trata de alguma iniciativa de interesse público dessas instituições.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A mídia e, especialmente, os jornais são capazes de produzir uma esfera pública, que contextualize e problematize temáticas relacionadas à sociedade. O jornalista tem como dever levar informações e promover o debate. Entretanto, a sub-representação das mulheres e comunidade LGBT+ é um aspecto visível na cobertura de muitos jornais. Essa falta de protagonismo interfere diretamente no reconhecimento das múltiplas demandas e na busca por soluções.

No caso dos sites jornalísticos locais analisados - G1 Amapá e SelesNafes - há um predomínio de notícias, isto é, de matérias que apresentam caráter puramente informativo, dando visibilidade apenas ao fato em si, sem qualquer tipo de análise ou aprofundamento. Quanto ao jornal impresso A Gazeta, houve uma pequena dominância das reportagens, ou seja, uma tentativa de incluir mais dados e fontes. Porém, a forma como a cobertura é realizada não se mostrou suficiente para que pudéssemos considerar este, um veículo que priorize a cobertura contextualizada de temas e questões de interesse público relacionados às mulheres e ao público LGBT+. Sobre as fontes, na maioria das matérias, não houve polifonia de discursos representativos ligados ao segmento das mulheres.

Para além da quantidade de fontes ouvidas, considerou-se a pluralidade de discursos e o que eles significam. Além disso, procurou-se verificar se há uma problematização da complexa agenda de direitos humanos, além da cobertura de políticas públicas envolvendo as demandas de mulheres e LGBTs.

A própria configuração da cobertura revela algumas contradições abordagem dos temas. Apesar de conteúdos informativos priorizarem os problemas de violência que afetam esses grupos, as possibilidades de um tratamento mais aprofundado, capaz de discutir alternativas e políticas públicas para enfrentar a violação de direitos foi bastante pontual. Este é um elemento importante pois evidencia a falta de comprometimento da cobertura local com um tratamento mais complexo das temáticas. Sendo assim, há uma dissonância entre a quantidade de conteúdo publicada e a profundidade com que este é tratado.

Portanto, nota-se que uma boa cobertura jornalística é fundamental para o reconhecimento e visibilidade de certos grupos, podendo sugerir e aprimorar o debate e o agendamento de demandas no contexto das políticas públicas, fato que pouco ocorreu no conjunto material coletado.

## **REFERÊNCIAS**

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- ENTMAN, R. MFraming: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, **New York**, v. 43, n.4, p. 51-58, 1993.
- FOCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 2: O uso dos prazeres. 12ª ed. Rio de Janeiro. 1984.
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a sexualidade**. Imago, 1905.
- HABERMAS, Jurgen. **Três modelos normativos de democracia**. Universidade de Valência, 1991. p. 36-95.
- JESUS, Beto de. *et al.* **Diversidade sexual na escola: Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. 1 ed. São Paulo: ECOS, 2008.
- LUIZ, Edison Spenthof. **Jornalismo e Sociedade: O lugar da mediação profissional e da informação tratada como res pública**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p. 12-36.
- MAIA, Rousiley. Política Deliberativa e reconsideração acerca do conceito de esfera pública. *In: MAIA Rousiley. Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. p. 55-91.
- MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. São Paulo, 2005, n. 59, pp. 5-42.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia, “Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa”, **Opinião Pública**, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010462762009000100003&lang=en](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762009000100003&lang=en). Acesso em: 03 jul. 2020.
- PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In: RUBIM, A. A. (Org.) Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EdUFBA, 2004. P. 73-104.
- SARDINHA, Antonio Carlos; CUNHA, E.; FAVACHO, E. Jornalismo especializado e esporte: a cobertura jornalística em jornais impressos do Amapá. **ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA (UFSC)**, v. 15, p. 119-128, 2018.
- SCOTT, Judith. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.
- SOARES, M. C. Análise de enquadramento. *In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. Editora Atlas, 2006, pp. 3-17.